

## EMENTÁRIO DOS ACÓRDÃOS DO CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

MARÇO/2022 A SETEMBRO/2022

"EMENTA: ISS. Tributação de procedimentos cirúrgicos e de internação. Atividades tributadas com alíquotas diferentes não individualizadas na nota fiscal. Momento do fato gerador para serviços de saúde, assistência médica e congêneres. Artigos 97, iii, e 144, caput, do CTN. Artigos 67, i, e 97 do CTM. Resolução 017/SMF/2017. Conhecimento e não provimento dos recursos voluntário e de ofício." (Acórdão nº 2.949/2022 – processo 030/021.247/2017 - 030/013.659/2021 (espelho) – 1325ª sessão Ordinária, Rel. Roberto Pedreira Ferreira Curi, julgado em 23/03/2022

"EMENTA: DECRETO 10487/2009 – PRAZO RECURSAL. Pelas disposições do referido Decreto Lei o prazo para interposição de Recurso Voluntário é de 20 (vinte) dias a contar da ciência da decisão. Recurso Voluntário que não se conhece por intempestivo." (Acórdão nº 2.950/2022 – processo 030/010.229/2016 - 030/017.642/2021 (espelho) – 1325ª sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 23/03/2022

"EMENTA: ITBI – Recurso voluntário – Incorporação de bem imóvel ao capital social – Imunidade tributária prevista no art. 156, §2º, inciso I, CF – Impugnação interposta por parte ilegítima – Inteligência do art. 2º da Lei Municipal nº 3.368/18, art. 121, CTN e art. 45 da Lei Municipal nº 2.597/08 – Possibilidade de suprimento da falta – Incidência do art. 11, §2º, da Lei Municipal nº 3.368/1 – Recurso conhecido e provido para anular a decisão de primeira instância." (Acórdão nº 2.951/2022/2022 – processo 030/027.491/2019 – 1327ª sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 30/03/2022

"EMENTA: ITBI. Recurso voluntário. Notificação de lançamento. Redução da base de cálculo fixada inicialmente pelo fisco após pedido de revisão de lançamento. Insurgência, em sede recursal, quanto à área edificada do imóvel utilizada no procedimento. Diligência realizada pelo SEDIL que constatou uma área menor daquela utilizada pela CTBI. Metodologia de cálculo utilizada pela CTBI que, embora adequada, baseou-se em dado incorreto quanto à área edificada do imóvel. Necessidade de refazimento do procedimento. Recurso voluntário conhecido e provido". (Acórdão nº 2.952/2022 – processo 030/007.918/2021 – 1327ª sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, julgado em 30/03/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – Exclusão do Simples Nacional – Constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa com o objetivo de reduzir o faturamento e permanecer no regime simplificado – Elementos que permitem concluir pela confusão patrimonial entre as sociedades – Inteligência do art. 29, incisos I e IV, art. 26, inciso I, art. 30, incisos II e IV, art. 31, inciso I e V, alínea "b" e art. 33 da Lei Complementar n. 123/06 – Recurso conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.014/2022 – processo 030/000.730/2020 – 1328ª sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 06/04/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Caracterização de serviços relacionados à exploração de petróleo e gás natural, conforme subitem 7.19. Serviço realizado dentro da Zona Econômica Exclusiva, de forma que os resultados das operações e seus reflexos econômicos se concretizaram no Brasil. Recurso Voluntário conhecido e negado." (Acórdão nº 2953/2022 – processo 030/011.138/2021 – 1330ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 13/04/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração Regulamentar. Serviço realizado dentro da Zona Econômica Exclusiva, de forma que os resultados das operações e seus reflexos econômicos se concretizaram no Brasil. Ausência de configuração de regime de exportação. Emissão de Nota Fiscal em desacordo com o regulamento. Recurso Voluntário conhecido e negado." (Acórdão nº 2.954/2022 – processo 030/011.139/2021 – 1330ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 13/04/2022

**"EMENTA: Recurso voluntário - ISSQN - substituição tributária - serviços de consultoria de qualquer natureza, recrutamento, terapias de quaisquer espécies destinadas ao tratamento físico, orgânico ou mental fevereiro a setembro/2015 - alegação de ilegitimidade do município de Niterói para exigir o recolhimento do tributo intempestividade - Arts. 4º e 33, decreto municipal nº 10487/2009 vigente à época - recurso voluntário não conhecido." (Acórdão nº 2.955/2022 – processo 030/014.636/2016 - 030/015.467/2021 (espelho) – 1331º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 13/04/2022**

**"EMENTA: ITBI – recurso de ofício – obrigação principal – revisão de lançamento – inteligência do § 2º do art. 48 da lei municipal nº 3.368/18 – imposto revisto com base em análise mercadológica – decisão de primeira instância mantida – recurso de ofício ao qual se nega provimento." (Acórdão nº 2.956/2022 – processo 030/010.097/2021 – 1331º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, julgado em 13/04/2022**

**"EMENTA: ISSQN – Auto de Infração nº 50.477/2014. Aplicação de multa de 100% do valor do imposto. Revogação e substituição pela lei 3252/216 em seu artigo 120. Redução para 75% - Recurso Voluntário que se dá provimento parcial." (Acórdão nº 2.957/2022 – processo 030/024.603/2016 - 030/019.028/2021 (espelho) – 1333º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 20/04/2022**

**"EMENTA: ISS – Recolhimento após o início da ação fiscal. O recolhimento da parcela devida após o início da ação fiscal não exige o contribuinte do pagamento da multa correspondente – Recurso de Ofício que se nega provimento e Recurso Voluntário que se dá provimento parcial." (Acórdão nº 2.958/2022 – processo 030/019.953/2016 - 030/015.499/2021 (espelho) – 1333º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 20/04/2022**

**"EMENTA: ISSQN- recurso voluntário – auto de infração – subitem 14.01 anexo ii do CTM – índice adotado de correção IPCA – pedido de perícia formulado genericamente - alegação de lançamentos lançados por indícios e presunções – alegações de ocorrências de bis in idem nos lançamentos - recurso voluntário conhecido e não provido." (Acórdão nº 2.960/2022 – processo 030/004.400/2021 – 1333º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 20/04/2022**

**"EMENTA: ISS – recurso voluntário – obrigação principal – cumulação de multa fiscal e multa de mora – possibilidade – cominações legais distintas – inteligência do art. 120 e 233 do CTM – incompetência do auditor fiscal para iniciar procedimento fiscalizatório – inoccorrência – previsão legal expressa dada pela lei nº 961/91 – receitas de intercâmbio – ato negocial que não se caracteriza como ato cooperativo – receita tributável pelo ISS – precedente Desse conselho – abatimento de valores de ISS pagos por guias avulsas – possibilidade – recurso voluntário conhecido e Parcialmente provido." (Acórdão nº 2.961/2022 – processo 030/025.139/2017 - 030/013.734/2021 (espelho) – 1334º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, julgado em 27/04/2022**

**"EMENTA: ITBI. Recurso voluntário. Notificação de lançamento decorrente da apuração da preponderância de receitas relativas a atividades impeditivas ao reconhecimento da não incidência do ITBI. Decadência não verificada. Contagem do prazo decadencial que se inicia somente após a verificação da preponderância ou não de atividades impeditivas pelo adquirente. Aplicação da regra prevista no art. 173, inciso i, c/c o disposto no art. 37, ambos do CTN. Base de cálculo que deve ser apurada considerando-se o valor do bem imóvel na data da aquisição. Inteligência do § 3º do art. 37 do CTN. Lançamento que se baseou no valor do bem apurado em momento posterior à aquisição. Nulidade do lançamento. Recurso voluntário conhecido e provido" (Acórdão nº 2.959/2022 – processo 030/016.762/2019 – 1334º sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, julgado em 27/04/2022**

"EMENTA: ISSQN- Recurso Voluntário –Auto de Infração –Subitem 14.01 Anexo II do CTM – Argumento de locação - Deduções na NF de peças para incidência do ISS – Consulta Tributária - Multa de caráter confiscatório - Recurso voluntário conhecido e não provido" (Acórdão nº 2.962/2022 – processo 030/004.401/2021 – 1335º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 27/04/2022

"EMENTA: ISSQN - Recurso Voluntário – Auto de infração – Subitem 14.01 anexo II do CTM – Não recolhimento imposto por considerar exportação de serviços - Índice adotado de correção IPCA – Pedido de perícia formulado genericamente - Alegação de lançamentos lançados por indícios e presunções – Alegações de ocorrências de bis in idem – Serviços de docagem - Recurso voluntário conhecido e não provido" (Acórdão nº 2.963/2022 – processo 030/004.403/2021 – 1335º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 27/04/2022

"EMENTA: ISSQN- Recurso Voluntário –Auto de Infração –Subitem 14.01 anexo II do CTM- Benefício fiscal de equiparação à operação de exportação, – Deduções de peças na NF sobre incidência do ISS – Consulta tributária - Multa de caráter confiscatório - Recurso voluntário conhecido e não provido" (Acórdão nº 2.964/2022 – processo 030/004.404/2021 – 1335º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 27/04/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Prestação de serviços relativos à exploração de petróleo e gás natural, incluindo o fornecimento de combustível. Descaracterização do mero Afretamento por Tempo (Time Charter). Recurso Voluntário conhecido e negado. " (Acórdão nº 2.965/2022 – processo 030/011.142/2021 – 1336º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 04/05/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração Regulamentar. Nulidade da autuação visto vício material insanável. Recurso Voluntário conhecido e provido. " (Acórdão nº 2.966/2022 – processo 030/011.143/2021 – 1336º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 04/05/2022

"EMENTA: Recurso Voluntário - ITBI - revisão de lançamento - valor declarado inferior ao valor da avaliação - impugnação visando a redução do valor da base de cálculo fundada em laudos de avaliação diversos - impugnação e recurso com valores diferentes - presunção de boa-fé afastada - não incidência do tema nº 1.113 STJ - conhecimento e desprovimento do recurso." (Acórdão nº 2.967/2022 – processo 030/010.625/2021 – 1337º sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 04/05/2022

"EMENTA: Simples nacional - lançamento - auto de infração - IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPP, ICMS e ISS – apuração de diferença da base de cálculo - insuficiência de recolhimento - diferença de alíquota - inaplicabilidade da norma contida no § 5º, art. 1-a da lei nº 13.352/2016, art. 112 LC 123/06 e - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros - recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.968/2022 – processo 030/023.917/2019 – 1340º sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 19/05/2022

"EMENTA: Exclusão do simples nacional - notificação nº 10749 - receita bruta que excedeu o limite previsto na LC 123/06 - irresignação fundada em legislação não vigente à época do fato gerador inaplicabilidade da norma contida no § 5º, art. 1-a da lei nº 13.352/2016, art. 112 LC 123/06 e - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros - recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.969/2022 – processo 030/023.918/2019 – 1340º sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 19/05/2022

"EMENTA: ISSQN - lançamento - auto de infração - falta de recolhimento - lei nº 2.597/08, arts. 92 e 114 - subitem 06.01, do anexo III c/c art. 65, 68, inciso i, 72, 74, 76, inciso II, art. 91, inciso i, art. 115, inciso XIV. - Inaplicabilidade da norma Contida no § 5º, art. 1 - a da lei nº 13.352/2016, art. 112 LC 123/06 e no § 19 do art. 80 do CTM - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros recurso voluntário conhecido e desprovido". (Acórdão nº 2.970/2022

– processo 030/023.919/2019 – 1340ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 19/05/2022

"EMENTA: ISSQN - lançamento - auto de infração - falta de emissão de nota fiscal de serviços - lei nº 2.597/08, arts. 93, 114 e 121 - multa fiscal de 2% - inaplicabilidade da norma contida no § 5º, art. 1-a da lei nº 13.352/2016, art. 112 LC 123/06 e no § 19 do art. 80 do CTM - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros - lei municipal nº 3461/2019, que alterou a letra "a" do inciso i, do art. 121, recurso voluntário conhecido parcialmente provido". (Acórdão nº 2.971/2022 – processo 030/023.922/2019 – 1340ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 19/05/2022

"EMENTA: ISSQN - lançamento - auto de infração - falta de recolhimento - lei nº 2.597/08, arts. 92 e 114 - subitem 06.01, do anexo iii c/c art. 65, 68, inciso i, 72, 74, 76, inciso ii, art. 91, inciso i, art. 115, inciso XIV. - Inaplicabilidade da norma contida no § 5º, art. 1-a da lei nº 13.352/2016, art. 112 LC 123/06 e no § 19 do art. 80 do CTM - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros recurso voluntário conhecido e desprovido - recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.972/2022 – processo 030/023.920/2019 – 1340ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 19/05/2022

"EMENTA: ISSQN - lançamento - auto de infração - falta de recolhimento - lei nº 2.597/08, arts. 92 e 114 - subitem 06.01, do anexo iii c/c art. 65, 68, inciso i, 72, 74, 76, inciso ii, art. 91, inciso i, art. 115, inciso XIV. - Inaplicabilidade da norma contida no § 5º, art. 1-a da lei nº 13.352/2016, art. 112 LC 123/06 e no § 19 do art. 80 do CTM - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros recurso voluntário conhecido e desprovido - recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.973/2022 – processo 030/023.921/2019 – 1340ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Cláudio Moreira, julgado em 19/05/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Notificação de Exclusão do Simples Nacional. Receita Bruta Anual que excedeu o Limite Previsto na LC 123/2006. Aplicação da Legislação Vigente à Época dos Fatos Geradores. Ausência de Prova de Repasse aos Profissionais Parceiros. Recurso Voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.974/2022 – processo 030/023.916/2019 – 1342ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 26/05/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Aplicação do Regime Geral de ISS como Consequência da Exclusão do Regime do Simples Nacional. Ausência de Recolhimento. Recurso Voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 2.975/2022 – processo 030/023.910/2019 – 1342ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 26/05/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Aplicação do Regime Geral de ISS como Consequência da Exclusão do Regime do Simples Nacional. Ausência de Recolhimento de ISS. Recurso Voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 2.976/2022 – processo 030/023.911/2019 – 1342ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 26/05/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Aplicação do Regime Geral de ISS como Consequência da Exclusão do Regime do Simples Nacional. Impossibilidade de Descontar, da Base de Cálculo do ISS, os Valores Repassados à Trabalhadores sem Contratos de Parceria. Recurso Voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 2.977/2022 – processo 030/023.913/2019 – 1342ª sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 26/05/2022

"EMENTA: ISS – recurso voluntário – obrigação principal – recurso interposto fora do prazo – óbice à análise de mérito – inteligência do parágrafo único do art. 37 c/c súmula administrativa nº 1 do conselho de contribuintes – recurso não conhecido. " (Acórdão nº 2.978/2022 – processo 030/014.635/2016 - 030/015.491/2021 (espelho) – 1343ª sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, julgado em 01/06/2022

**"EMENTA: ISS - Recurso voluntário - Auto de Infração 01256 de 31.05.2016 - Falta de retenção na qualidade de tomador, no período de agosto de 2012 a dezembro de 2014 - 1ª Instância Julgou improcedência da Impugnação – Intempestividade Sumula 01 de 04.04.22- Recurso Voluntário não conhecido. " (Acórdão nº 2.979/2022 – processo 030/014.637/2016 - 030/015.478/2021 (espelho) – 1343º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 01/06/2022**

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Notificação de Exclusão do Simples Nacional. Ausência de escrituração de Livro Caixa. Não apresentação de extratos bancários. Exclusão com efeitos a partir do mês de ocorrência da infração. Recurso Voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.980/2022 – processo 030/005.255/2018 - 030/012.141/2021 (espelho) – 1344º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 03/06/2022**

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Aplicação do Regime Geral de ISS como Consequência da Exclusão do Simples Nacional. Falta de Recolhimento de ISS. Recurso Voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.981/2022 – processo 030/005.248/2018 - 030/012.085/2021 (espelho) – 1344º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 03/06/2022**

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Aplicação do Regime Geral de ISS como Consequência da Exclusão do Simples Nacional. Falta de Recolhimento de ISS. Recurso Voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.982/2022 – processo 030/005.308/2018 - 030/012.076/2021 (espelho) – 1344º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 03/06/2022**

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Notificação de Exclusão do Simples Nacional. Formação de Grupo Econômico de Fato. Excesso de Receita durante o Exercício de 2016, acarretando na Exclusão do Regime Simplificado no Exercício de 2017. Recurso Voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.983/2022 – processo 030/005.256/2018 - 030/012.071/2021 (espelho) – 1344º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 03/06/2022**

**"EMENTA: ISSQN. Recurso voluntário. Auto de infração. Obrigação tributária principal. Serviços médicos tipificados no subitem 4.03 da lista de serviços do anexo iii do CTM. Notas fiscais emitidas pelo contribuinte que atestam a prestação de serviços médicos em apenas seis meses compreendidos no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2015, sem justificativa para a não emissão de notas fiscais nos demais meses abrangidos pelo referido período. Apuração da base de cálculo do ISSQN com fulcro nas despesas necessárias para a manutenção do estabelecimento. Previsão legal contida no § 10 do art. 80 da lei nº 2.597/2008. Utilização das despesas de um dos sócios, consignada em livro caixa, que pode ser adotada para a apuração das despesas do estabelecimento, em face da prestação de serviços médicos pelo sócio no mesmo local da clínica autuada. Ausência de apresentação de documentação em sentido contrário aos valores das despesas apurados pela fiscalização. Ônus da prova a cargo do contribuinte. Multa aplicada de 40% (quarenta por cento) que se encontra dentro do patamar estabelecido pelo STF, sem qualquer caráter confiscatório. Impossibilidade de o órgão julgador modificar o conteúdo da norma legal que estabelece o percentual da penalidade. Art. 97, inciso v, do CTN. Manutenção do lançamento. Recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 2.984/2022 – processo 030/000.075/2017 - 030/015.498/2021 (espelho) – 1345º sessão Ordinária, Rel. Francisco Da Cunha Ferreira, julgado em 08/06/2022**

**"EMENTA: ISS – recurso de ofício – obrigação principal – impugnação intempestiva – óbice à análise de mérito – inteligência do art. 27 do decreto 10.487/09 c/c súmula administrativa nº 1 do conselho de contribuintes – juízo de admissibilidade – possibilidade – autotutela administrativa – nulidade da decisão de primeira instância – recurso conhecido e provido." (Acórdão nº 2.985/2022 – processo 030/011.174/2017 - 030/017.648/2021 (espelho) – 1345º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus De Macedo, julgado em 08/06/2022**

"EMENTA: Exclusão simples nacional – recurso voluntário – notificação 9196 retificada pela 9558 –exclusão com efeito retroativo – grupo econômico - interpostas pessoas – recurso voluntário conhecido e parcialmente provido. " (Acórdão nº 2.986/2022 – processo 030/022.488/2017 - 030/011.124/2021 (espelho) – 1346º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 15/06/2022

"EMENTA: Exclusão simples nacional – recurso voluntário – notificação 9197 retificada pela 9557 –exclusão com efeito retroativo – grupo econômico - interpostas pessoas - recurso voluntário conhecido e parcialmente provido." (Acórdão nº 2.987/2022 – processo 030/022.487/2017 - 030/011.117/2021 (espelho) – 1346º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 15/06/2022

"EMENTA: Exclusão do simples nacional - notificação retificadora nº 9200 - constituição de empresa por interposta pessoa com intenção de pulverizar receita - retroação dos efeitos - art. 29, IV, § 1º e art. 39 LC 123/06 – recurso voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 2.988/2022 – processo 030/020.831/2017 - 030/011.314/2021 (espelho) – 1346º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 15/06/2022

"EMENTA: Revisão de lançamento IPTU. É dever da administração pública rever e corrigir o valor do IPTU em caso de ampliação da área edificada através critérios técnicos pré-estabelecidos. Recurso Voluntário que se nega provimento." (Acórdão nº 2.989/2022 – processo 030/010.674/2017 - 030/011.107/2021 (espelho) – 1347º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 15/06/2022

"EMENTA: ISS – recurso voluntário – obrigação principal – alegada cessão de mão de obra – inocorrência – existência de cronograma físico-financeiro, fornecimento de equipamentos técnicos e ausência de subordinação dos funcionários à contratante – serviço de apoio técnico de obras, laudos e projetos relacionados à geologia, geotecnia e geodésia tipificados no subitem 7.03 da lista do anexo III da lei nº 2.597/08 – correta incidência no local do estabelecimento prestador em Niterói – recurso voluntário ao qual se nega provimento." (Acórdão nº 2.990/2022 – processo 030/030.542/2017 - 030/015.504/2021 (espelho) – 1347º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus De Macedo, julgado em 15/06/2022

"EMENTA: EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS. Lei nº 2597/08 – O descumprimento das obrigações acessórias previstas na Legislação do imposto sujeita o contribuinte ao pagamento das multas pertinentes. Recurso Voluntário que se nega provimento. " (Acórdão nº 2.991/2022 – processo 030/024.185/2016 - 030/013.704/2021 (espelho) – 1348º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 22/06/2022

"EMENTA: Simples Nacional – Recurso voluntário – Auto de Infração de ISS – Descumprimento de obrigação acessória – Nota Fiscal em desacordo com os requisitos regulamentares – Redução do valor da multa pela Lei Municipal n. 3.461/19 – Retroatividade benigna – Inteligência do art. 106, II, CTN – Recurso conhecido e parcialmente provido." (Acórdão nº 2.992/2022 – processo 030/008.731/2016 - 030/015.464/2021 (espelho) – 1349º sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 22/06/2022

"EMENTA: ITBI. Recurso voluntário. Interposto fora do prazo legal. Óbice à análise de mérito, conforme súmula administrativa nº 1/2022 deste conselho de contribuintes. Recurso não conhecido. " (Acórdão nº 2.993/2022 – processo 030/013.235/2021 – 1349º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 22/06/2022

"EMENTA: Simples Nacional. Notificação de exclusão. Recurso voluntário. Falta de emissão de notas fiscais de serviços no período de janeiro de 2012 a maio de 2017. Contribuinte que reconhece a falta de emissão de notas fiscais. Incidência do disposto nos art. 29, inciso XI e 26, inciso I, da LC nº 123/2006. Alegações referentes à situação econômico-financeira da pessoa jurídica que não interferem no procedimento de exclusão. Manutenção da exclusão. Recurso voluntário conhecido e desprovido". (Acórdão nº 2.994/2022 – processo 030/016.987/2017 - 030/011.312/2021 (espelho) – 1350º sessão Ordinária, Rel. Francisco Da Cunha Ferreira, julgado em 29/06/2022

"EMENTA: "ISS. RETIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. É permitida a retificação do auto de infração impugnado, desde que ocorrente antes da decisão de primeira instância. Recurso Voluntário que se dá provimento parcial para a correção do enquadramento do lançamento efetuado." (Acórdão nº 2.995/2022 – processo 030/022.289/2017 - 030/017.643/2021 (espelho) – 1351º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 06/07/2022

"EMENTA: Multa fiscal - inexistência do RUDFTO - auto de infração nº 53288 - lei nova lei nº 3.461/19, modificou a lei nº 2597/2008 - inexistência de previsão legal - prevalência do art. 106, II CTN - recurso voluntário conhecido e provido. " (Acórdão nº 2.996/2022 – processo 030/026.329/2017 - 030/011.324/2021 (espelho) – 1352º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 06/07/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – obrigação acessória – falta de emissão de notas fiscais – cumulação de multa fiscal e multa fiscal regulamentar – possibilidade – cominações legais distintas – inteligência do art. 120 e 121 do CTM – efeito confiscatório da multa fiscal regulamentar – inoportunidade – ausência de correlação com o valor do imposto devido – receitas de intercâmbio – ato negocial que não se caracteriza como ato cooperativo – receita tributável pelo ISS – precedente desse conselho – valor da operação para fins de cálculo da multa do art. 121, I, "a", estimado em 20% da receita – previsão disposta no art. 87-a do CTM – recurso voluntário conhecido e parcialmente provido." (Acórdão nº 2.997/2022 – processo 030/022.159/2017 - 030/013.733/2021 (espelho) – 1352º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus De Macedo, julgado em 06/07/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Prestação dos serviços descritos nos subitens 15.05, 15.08 e 15.15 – Recuperação de taxa de exclusão no cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF), recuperação de despesa/repasso ao Fundo de Garantia de Operações (FGO) dos valores de Comissão de Concessão de Garantia (CCG) e recuperação de taxa de compensação de cheques – Incidência do ISS – Precedentes – Recurso voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 2.998/2022 – processo 030/011.853/2017 - 030/013.040/2021 (espelho) – 1352º sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 06/07/2022

"EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO - MULTA FISCAL - Falta de indicação de retenção do imposto devido em diversas Notas Fiscais de Serviço - Art. 11 do Decreto 10767/2010 e art. 73, VI da Lei 2597/2008 e indicação dos subitens da lista de serviços não correspondentes aos serviços efetivamente prestados - Confissão relativa a infração - Necessidade de redução da multa - prevalência do art. 121, I, c CTM na forma do art. 106, II, c CTN - Recurso voluntário conhecido e provido parcialmente. " (Acórdão nº 2.999/2022 – processo 030/026.330/2017 - 030/015.487/2021 (espelho) – 1354º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 13/07/2022

"EMENTA: Recurso de ofício e recurso voluntário – auto de infração ausência de recolhimento de ISS – recurso voluntário conhecido e parcialmente provido. " (Acórdão nº 3.000/2022 – processo 030/019.122/2016 - 030/015.490/2021 (espelho) – 1354º sessão Ordinária, Rel. Márcio Ferreira Teixeira, julgado em 13/07/2022

"EMENTA: ISSQN - recurso voluntário e de ofício– auto de infração – apuração de omissão de receita – período 05/2014 a 12/2016 – recolhimento parcial – cancelamento parte do lançamento maio e junho/2014 - recursos voluntário e de ofício conhecido e não provido." (Acórdão nº 3.001/2022 – processo 030/021.556/2019 – 1355º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 20/07/2022

"EMENTA: Exclusão simples nacional – recurso voluntário – notificação 9199 retificada pela 9481 –exclusão com efeito retroativo – grupo econômico - interpostas pessoas - recurso voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 3.002/2022 – processo 030/020.825/2017 - 030/011.316/2021 (espelho) – 1355º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 20/07/2022

"EMENTA: Exclusão simples nacional – recurso voluntário – notificação 9201 retificada pela 9482 –exclusão com efeito retroativo – grupo econômico - interpostas pessoas - recurso voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 3.003/2022 – processo 030/020.827/2017 - 030/011.315/2021 (espelho) – 1356º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 27/07/2022

"EMENTA: Simples nacional - recurso voluntário - notificação de exclusão do simples nacional - ISS - fornecimento de mão de obra para portaria - art. 17, inciso XII lei complementar 123/06 - recurso voluntário conhecido e desprovido. " (Acórdão nº 3.004/2022 – processo 030/026.325/2017 - 030/011.333/2021 (espelho) – 1356º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 27/07/2022

"EMENTA: ISS – recurso voluntário – obrigação principal – serviço de estacionamento de veículos – isenção dada aos tomadores que consumissem determinada quantia no comércio local – desconto condicional que integra o preço do serviço – inteligência do § 4º do art. 80 da lei nº 2.597/08 – recurso voluntário ao qual se nega provimento. " (Acórdão nº 3.005/2022 – processo 030/014.516/2017 - 030/020.000/2021 (espelho) – 1356º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, julgado em 27/07/2022

"EMENTA: ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - recurso voluntário - pluralidade de serviços - substituição tributária - falta de retenção - período setembro/2012 a outubro/2015 - falta de provas - exegese do art 3º LC nº 116/2003 - recurso voluntário conhecido e parcialmente provido." (Acórdão nº 3.006/2022 – processo 030/019.121/2016 - 030/015.507/2021 (espelho) – 1357º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 03/08/2022

"EMENTA: ISS – recurso voluntário – obrigação acessória – falta de emissão de notas fiscais – serviço de estacionamento de veículos – isenção dada aos tomadores que consumissem determinada quantia no comércio local – desconto condicional que integra o preço do serviço – inteligência do § 4º do art. 80 da lei nº 2.597/08 – redução da multa regulamentar de 2% para 0,5% – recurso voluntário conhecido e parcialmente provido." (Acórdão nº 3.007/2022 – processo 030/014.532/2017 - 030/020.003/2021 (espelho) – 1357º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus De Macedo, julgado em 03/08/2022

"EMENTA: ISSQN – notificação de lançamento. Recurso de ofício. Cancelamento que se mantém em face do recolhimento integral. Recurso conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.008/2022 – processo 030/009.450/2017 - 030/019.018/2021 (espelho) – 1358º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 10/08/2022

"EMENTA: ISS. Recurso voluntário. Dedução da base de cálculo dos materiais empregados na obra. Somente são dedutíveis da base de cálculo do ISS as mercadorias produzidas pelo prestador do serviço fora do local de execução, sujeitas ao ICMS. Art. 7º, §2º, da LC 116/2003. Art. 80, §13, lei municipal 2.597/2008." (Acórdão nº 3.009/2022 – processo 030/031.108/2017 - 030/015.501/2021 (espelho) – 1358º sessão Ordinária, Rel. Maria Elisa Vidal Bernardo, julgado em 10/08/2022

"EMENTA: ISS. Recurso voluntário. Dedução da base de cálculo dos materiais empregados na obra. Somente são dedutíveis da base de cálculo do ISS as mercadorias produzidas pelo prestador do serviço fora do local de execução, sujeitas ao ICMS. Art. 7º, §2º, da LC 116/2003. Art. 80, §13, lei municipal 2.597/2008." (Acórdão nº 3.010/2022 – processo 030/031.106/2017 - 030/015.502/2021 (espelho) – 1358º sessão Ordinária, Rel. Maria Elisa Vidal Bernardo, julgado em 10/08/2022



"EMENTA: ISS – Recurso voluntário e recurso de ofício – Obrigação principal – Prestação de serviços hospitalares (subitem 4.03) – Aspecto temporal da obrigação tributária – Inteligência do art. 116, I, CTN e do art. 67, I, do CTM – ISS é devido no momento em que o serviço é prestado ao tomador – Matéria submetida à reserva absoluta de lei – Previsão do art. 97, III, CTN – Impossibilidade de alteração pela Resolução nº 17/SMF/2017 – Base de cálculo do ISS é o preço do serviço (art. 7º, LC nº 116/03 e art. 80, CTM) – Procedimento de glosa pelas operadoras de plano de saúde constitui mero acerto financeiro entre as partes – Norma complementar que gera legítima expectativa no contribuinte – Incidência do art. 100, parágrafo único, CTN – Exclusão da imposição de penalidades, cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo – Recurso voluntário conhecido e parcialmente provido – Recurso de ofício conhecido e provido." (Acórdão nº 3.011/2022 – processo 030/011.354/2021 – 1359º sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 18/08/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário e recurso de ofício – Obrigação acessória – Não emissão parcial de NFS-e – Erro de cálculo na fixação da multa regulamentar – Inteligência do art. 121, inciso I, alínea “a” e §3º do CTM, com redação dada pela Lei Municipal nº 3.461/19 – Penalidade limitada a 50 (cinquenta) vezes o valor de referência M0 ou, se menor, a 0,5% do valor da operação – Necessidade de apuração do número de NFS-e não emitidas no período – Valor notadamente inferior a 0,5% do valor da base de cálculo arbitrada – Recurso voluntário conhecido e provido – Recurso de ofício conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.012/2022 – processo 030/011.356/2021 – 1359º sessão Ordinária, Rel. Maria Elisa Vidal Bernardo, julgado em 18/08/2022

"EMENTA: ISSQN - lançamento - auto de infração - falta de emissão de nota fiscal de serviços - lei nº 2.597/08, arts. 93, 114 e 121 - multa fiscal de 2% - inaplicabilidade da norma contida no § 5º, art. 1-a da lei nº 13.352/2016, art. 112 lc 123/06 e no § 19 do art. 80 do CTM - falta de prova de repasse aos profissionais parceiros - lei municipal nº 3461/2019, que alterou a letra “a” do inciso i, do art. 121 recurso voluntário conhecido parcialmente provido." (Acórdão nº 3.013/2022 – processo 030/023.914/2019 – 1360º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 18/08/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – Exclusão do Simples Nacional – Constituição de pessoa jurídica por interposta pessoa com o objetivo de reduzir o faturamento e permanecer no regime simplificado – Elementos que permitem concluir pela confusão patrimonial entre as sociedades – Inteligência do art. 29, incisos I e IV, art. 26, inciso I, art. 30, incisos II e IV, art. 31, inciso I e V, alínea “b” e art. 33 da Lei Complementar n. 123/06 – Recurso conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.014/2022 – processo 030/000.730/2020 – 1361º sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 24/08/2022

"EMENTA: ISS. Recurso voluntário. Dedução da base de cálculo dos materiais empregados na obra. Somente são dedutíveis da base de cálculo do ISS as mercadorias produzidas pelo prestador do serviço fora do local de execução, sujeitas ao ICMS. Art. 7º, §2º, da LC 116/2003. Art. 80, §13, lei municipal 2.597/2008." (Acórdão nº 3.015/2022 – processo 030/031.109/2017 - 030/015.503/2021 (espelho) – 1361º sessão Ordinária, Rel. Maria Elisa Vidal Bernardo, julgado em 24/08/2022

"EMENTA: ISS. Recurso voluntário. Dedução da base de cálculo dos materiais empregados na obra. Somente são dedutíveis da base de cálculo as mercadorias produzidas pelo prestador do serviço fora do local de execução, sujeitas ao ICMS. Art. 7º, §2º, da LC 116/2003. Art. 80, §13, lei municipal 2.597/2008. (Acórdão nº 3.016/2022 – processo 030/031.104/2017 - 030/011.334/2021 (espelho) – 1361º sessão Ordinária, Rel. Maria Elisa Vidal Bernardo, julgado em 24/08/2022

"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Recurso de Ofício. Auto de Infração. O ISS relativo à serviços do subitem 7.01 é devido ao domicílio do prestador. Vício material insanável ao classificar serviços de apoio administrativo. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido. Recurso de Ofício conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.017/2022 – processo 030/004.922/2018 - 030/013.679/2021 (espelho) – 1338º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 11/05/2022

"EMENTA: NOTAS FISCAIS. A presunção é de que os serviços nela descritos tenham sido prestados prevalecendo a veracidade das informações da fiscalização nesse sentido. A alegação de que houve erro na elaboração da nota exige comprovação robusta. Lançamento que se mantém parcialmente." (Acórdão nº 3.018/2022 – processo 030/019.119/2016 - 030/015.496/2021 (espelho) – 1363º sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 31/08/2022

"EMENTA: (Acórdão nº 3.019/2022 – processo 030/020.830/2017 - 030/011.340/2021 (espelho) – 1364º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 08/09/2022

"EMENTA: Exclusão simples nacional – recurso voluntário - notificação 9564 – falta de emissão de nota fiscal – pratica reiterada - período janeiro/2012 a agosto/2017 — falta de apresentação do livro caixa - recurso voluntário conhecido e não provido." (Acórdão nº 3.020/2022 – processo 030/022.486/2017 - 030/011.322/2021 (espelho) – 1365º sessão Ordinária, Rel. Ermano Torres Santiago, julgado em 08/09/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – obrigação principal – estimativa de evento – ausência de documentos contábeis e fiscais idôneos – validade do valor calculado pela fazenda – inteligência do art. 39 da lei nº 3.368/18 – recurso voluntário ao qual se nega provimento." (Acórdão nº 3.022/2022 – processo 030/023.133/2017 - 030/015.505/2021 (espelho) – 1365º sessão Ordinária, Rel. Márcio Mateus de Macedo, julgado em 08/09/2022

"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Prestação dos serviços descritos nos subitens 14.01, 16.01, 17.01, 17.05, 17.09 e 26.01 do Anexo III do CTM – Aspecto espacial da obrigação tributária – Art. 3º da LC nº 116/03 – Ausência de configuração de um estabelecimento prestador na sede do tomador – Mero deslocamento da mão-de-obra – Imposto devido no local do estabelecimento prestador – Serviço descrito no subitem 17.05 – Exceção prevista no art. 3º, XX, da LC nº 116/03 – Imposto devido no local onde situado o estabelecimento do tomador da mão-de-obra – Recurso conhecido e parcialmente provido." (Acórdão nº 3.023/2022 – processo 030/019.121/2016 - 030/015.494/2021 (espelho) – 1366º sessão Ordinária, Rel. Eduardo Sobral Tavares, julgado em 14/09/2022

"EMENTA: ISSQN. Recurso voluntário. Auto de infração. Obrigação tributária principal. Serviços tipificados no subitem 10.05 da lista de serviços do anexo III do CTM. Inexistência de estabelecimento prestador no município do tomador dos serviços (rio de janeiro). Existência de domicílio tributário do prestador no município de Niterói. Aplicação da regra prevista no caput do art. 3º da LC nº 116/2003, que estabelece a incidência do ISSQN no domicílio do prestador, na falta do estabelecimento prestador. ISSQN devido ao município de Niterói. Recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.024/2022 – processo 030/012.197/2018 - 030/015.488/2021 (espelho) – 1366º sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, julgado em 14/09/2022

"EMENTA: ISSQN. Recurso voluntário. Auto de infração. Obrigação tributária principal. Serviços tipificados no subitem 10.05 da lista de serviços do anexo III do CTM. Inexistência de estabelecimento prestador no município do tomador dos serviços (rio de janeiro). Existência de domicílio tributário do prestador no município de Niterói. Aplicação da regra prevista no caput do art. 3º da LC nº 116/2003, que estabelece a incidência do ISSQN no domicílio do prestador, na falta do estabelecimento prestador. ISSQN devido ao município de Niterói. Recurso voluntário conhecido e desprovido." (Acórdão nº 3.025/2022 – processo 030/012.198/2018 - 030/013.646/2021 (espelho) – 1366º sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira, julgado em 14/09/2022

**"EMENTA: ISSQN - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - recurso voluntário - baixa na Inscrição municipal - inoccorrência de decadência o que possibilita a cobrança do tributo mesmo após a baixa - Substituição tributária - retenção do tributo devido pelo tomador com sede em outro município - falta de previsão Legal para sustentar o alegado - Recurso Voluntário conhecido e desprovido. "** (Acórdão nº 3.026/2022 – processo 030/027.322/2017 - 030/013.669/2021 (espelho) – 1367º sessão Ordinária, Rel. Luiz Claudio Oliveira Moreira, julgado em 14/09/2022

**"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Prestação dos serviços pactuados no Contrato nº 172/2015 e aditivos – Subsunção das atividades descritas no instrumento contratual aos subitens 11.04 e 26.01 da Lista Anexa à LC nº 116/03 – Vício material no lançamento – Recurso voluntário conhecido e provido."** (Acórdão nº 3.027/2022 – processo 030/018.081/2018 – 1367º sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira – Revisor Eduardo Sobral Tavares - julgado em 14/09/2022

**"EMENTA: ISS – Recurso voluntário – Obrigação principal – Prestação dos serviços pactuados no Contrato nº 172/2015 e aditivos – Subsunção das atividades descritas no instrumento contratual aos subitens 11.04 e 26.01 da Lista Anexa à LC nº 116/03 – Vício material no lançamento – Recurso voluntário conhecido e provido."** (Acórdão nº 3.028/2022 – processo 030/018.084/2018 – 1367º sessão Ordinária, Rel. Francisco da Cunha Ferreira – Revisor Eduardo Sobral Tavares - julgado em 14/09/2022

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Caracterização de serviços relacionados à exploração de petróleo e gás natural, conforme subitem 7.19. Serviço realizado dentro da Zona Econômica Exclusiva, de forma que os resultados das operações e seus reflexos econômicos se concretizaram no Brasil. Recurso Voluntário conhecido e negado".** (Acórdão nº 2.953/2022 – processo 030/011.138/2021 – 1369º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 21/09/2022

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração Regulamentar. Serviço realizado dentro da Zona Econômica Exclusiva, de forma que os resultados das operações e seus reflexos econômicos se concretizaram no Brasil. Ausência de configuração de regime de exportação. Emissão de Nota Fiscal em desacordo com o regulamento. Recurso Voluntário conhecido e negado."** (Acórdão nº 2.954/2022 – processo 030/011.139/2021 – 1369º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 21/09/2022

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Prestação de serviços relativos à exploração de petróleo e gás natural, incluindo o fornecimento de combustível. Descaracterização do mero Afretamento por Tempo (Time Charter). Recurso Voluntário conhecido e negado. "** (Acórdão nº 2.965/2022 – processo 030/011.142/2021 – 1369º sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 21/09/2022

**"EMENTA: RECURSO VOLUNTÁRIO - INTEMPESTIVIDADE. Na forma prevista no artigo 33, parágrafo 2º do Decreto 10.487/2009, o prazo recursal é de 20 (vinte) dias. Recurso Voluntário que não se conhece por intempestivo. "** (Acórdão 3.030/2022 – processo 030/027.554/2017 (Espelho 030/013.668/2021) – 1370ª sessão Ordinária, Rel. Paulino Gonçalves Moreira Leite Filho, julgado em 28/09/2022

**"EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Inexistência de documentação comprobatória quanto a existência de unidade econômica autônoma em Niterói. Aplicação da regra geral prevista na LC 116. Competência tributária é do Município no qual se localiza o estabelecimento prestador. Recurso Voluntário conhecido e provido. "** (Acórdão 3.031/2022 – processo 030/012.831/2016 (Espelho 030/015.493/2021) – 1370ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 28/09/2022

**EMENTA: ISS. Recurso Voluntário. Auto de Infração. Ausência de comprovação de constituição de estabelecimento prestador em Niterói, impossibilitando a cobrança de ISS para serviços dos subitens 17.04 e 26.01. Deslocamento da competência tributária para o local da efetiva prestação do serviço para serviços do subitem 17.01 por expressa previsão da LC 116. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido. ” (Acórdão 3.032/2022 – processo 030/019.118/2016 (Espelho 030/02.803/2022) – 1.370ª Sessão Ordinária, Rel. Luiz Alberto Soares, julgado em 28/09/2022**